

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Proposta de Definição do Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental
Central Solar Fotovoltaica de Penedo (hibridização da Central Hidroelétrica
de Foz Tua)

Título: Relatório de Consulta Pública

**Central Solar Fotovoltaica de Penedo (hibridização da Cen
Hidroelétrica de Foz Tua)**

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Divisão de Cidadania Ambiental

Maria Clara Sintrão

Data: Agosto de 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. O PROJETO	4
3. LOCALIZAÇÃO.....	4
4. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA.....	4
5. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO.....	5
6. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	5

1. INTRODUÇÃO

A Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do projeto **Central Solar Fotovoltaica de Penedo (hibridização da Central Hidroelétrica de Foz Tua)** foi, nos termos do artigo 12.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na atual redação, sujeita a um procedimento de Consulta Pública que decorreu por um período de 15 dias úteis, de 24 de julho a 13 de agosto de 2026. O proponente do projeto é a Solar das Antas, unipessoal Lda. e a entidade licenciadora, a DGEG.

2. O PROJETO

O Projeto tem como objetivo a produção de energia elétrica a partir de uma fonte renovável e não poluente, a energia solar, com vista a otimizar a capacidade de produção de energia renovável, produzida pela Central Hidroelétrica de Foz Tua, através da instalação de uma Central Solar Fotovoltaica, dimensionada para uma potência instalada de 142 MWp, prevendo-se uma produção anual de cerca de 279 GWh, sem alterar a potência de ligação à RESP. Por ser uma hibridização, o projeto em apreço não requererá um novo ponto de injeção com a RESP pois partilhará o ponto de injeção da Central Hidroelétrica de Foz Tua.

3. LOCALIZAÇÃO

O projeto localiza-se nos concelhos de Trancoso; Armador; Moimenta da Beira; Penedono; Sernancelhe; Tabuaço.

4. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação relativa a este procedimento de consulta pública esteve disponível no portal Participa.pt.

5. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação da PDA foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR Norte e nas Câmaras Municipais de Trancoso; Armador; Moimenta da Beira; Penedono; Sernancelhe; Tabuaço;
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na internet no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal Participa.pt;
- Envio de comunicação às ONGA de âmbito nacional e da área de implantação do projeto, constantes no RNOE.

6. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de consulta pública foram recebidas 61 participações, provenientes das seguintes entidades e cidadãos: AEPGA – Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino; Associartecine; EDP Produção/Renováveis; Palombar – Conservação da Natureza e do Património Rural; PorFavores Associação Cultural; SOS Animal – Grupo de Socorro Animal de Portugal. Vulture Conservation Foundation (VCF); Cidadãos a título individual: 54.

O conjunto das participações recebidas evidencia uma preocupação transversal de que a PDA possa estar a subavaliar a sensibilidade ambiental da área e os potenciais impactes do projeto, designadamente sobre a biodiversidade, o lobo-ibérico, a avifauna, os solos, a pastorícia, a paisagem e os impactes cumulativos. As exposições apresentadas contestam a localização ou o próprio projeto, sendo consentânea a exigência de alternativas com menor impacte e a defesa de um EIA significativamente mais aprofundado, antes de qualquer decisão sobre a viabilidade ambiental do empreendimento.

Sintetizam-se em seguida os aspetos mais relevantes das participações recebidas

A **AEPGA** considera que a PDA da Central Solar Fotovoltaica de Penedo subestima os impactes sobre os solos, os habitats e as atividades agro-silvo-pastoris, atribuindo pouco valor a áreas que sustentam pastagens, matos mediterrânicos e pastorícia extensiva. Critica também a avaliação insuficiente da compactação e erosão do solo, da perda de habitat, dos efeitos paisagísticos cumulativos, da drenagem, do ruído sobre a fauna e o gado e dos impactes associados ao risco de incêndio e às alterações climáticas.

Em síntese, a associação discorda da metodologia e do enquadramento da PDA, mas não rejeita expressamente o projeto. Pede que o futuro EIA aprofunde estes aspetos, proteja o património natural, rural e pastoril.

A **Associartecine** considera que a PDA subavalia vários impactes ambientais e socioeconómicos, nomeadamente sobre os solos, pastagens, flora, fauna, paisagem e atividades agro-silvo-pastoris. Critica ainda a insuficiente avaliação dos efeitos cumulativos com outras infraestruturas energéticas, dos riscos de incêndio, das alterações na drenagem e dos efeitos do ruído sobre a fauna e a pecuária. A associação não rejeita diretamente o projeto, mas discorda da metodologia da PDA e solicita à APA que todas estas questões sejam aprofundadas e integradas no futuro EIA, garantindo maior proteção do território e maior transparência quanto às compensações e obrigações do promotor.

A **EDP Produção** pede para ser incluída nas entidades a consultar no EIA, porque o corredor A da ligação à RESP passa perto da barragem de Vilar, integrada numa concessão sua. O objetivo é verificar possíveis sobreposições ou interferências e fornecer informação relevante.

A **Palombar** considera que a PDA subavalia os impactos sobre o lobo-ibérico, sobretudo porque a área prevista para a central se sobrepõe à zona de maior atividade da Alcateia de Trancoso, pertencente ao vulnerável núcleo populacional a sul do Douro. O parecer alerta para a perda e fragmentação de habitat, perturbação durante a construção, redução da conectividade entre alcateias e agravamento de pressões já existentes, como incêndios e outras infraestruturas energéticas. A associação entende ainda que não está demonstrada a compatibilidade do projeto com a conservação da espécie e, por isso, rejeita a execução da central no local proposto, por considerar que poderá comprometer a estabilidade da Alcateia de Trancoso e a viabilidade do núcleo Sul do Douro.

A **PorFavores** propõe que o futuro EIA seja mais aprofundado, tendo em conta a dimensão do projeto e a sensibilidade ambiental, agrícola, hídrica, patrimonial e paisagística da área. Defende uma avaliação mais detalhada da biodiversidade, dos impactos cumulativos, dos corredores alternativos da linha elétrica, da paisagem, recursos hídricos, solos, agricultura, património, incêndios, ruído, tráfego e alterações climáticas, bem como a justificação das alternativas escolhidas. Recomenda ainda uma avaliação completa do ciclo de vida e do balanço de carbono do projeto e um plano de monitorização por vários anos após a entrada em funcionamento. Em síntese, a participação não rejeita diretamente o projeto, mas pede uma análise ambiental mais completa, rigorosa e fundamentada antes da decisão final.

A **SOS Animal** reconhece a importância da transição energética, mas considera que a dimensão e localização do Projeto exigem uma avaliação ambiental particularmente rigorosa. Defende que o futuro EIA avalie de forma integrada a central e todas as infraestruturas associadas, incluindo alternativas de localização e de menor dimensão, privilegiando áreas já artificializadas. Salienta a necessidade de aprofundar os impactos cumulativos, a biodiversidade e os habitats, a avifauna, morcegos e mamíferos, os solos e agricultura, recursos hídricos, risco de incêndio, paisagem, património e efeitos sobre as comunidades locais. A associação

propõe ainda monitorização ambiental independente ao longo da vida útil do projeto, medidas efetivas de mitigação e compensação, proteção da conectividade ecológica, avaliação do ciclo de vida dos equipamentos e garantias para o desmantelamento e recuperação do território.

A **Vulture Conservation Foundation**, no âmbito do projeto LIFE Aegyptius Return, alerta que a área do projeto é ecologicamente sensível, devido à utilização regular por abutres-pretos e outras aves necrófagas ameaçadas. Dados de seguimento por GPS identificaram que 45 abutres-pretos marcados utilizaram a área num raio de 40 km, 12 num raio de 5 km e 11 chegaram ao raio de 1 km da central. São identificados riscos de perda de habitat, colisão e eletrocussão, pelo que se recomenda reforçar a monitorização da avifauna, aplicar medidas de mitigação nas linhas elétricas e avaliar os impactes cumulativos numa área mais alargada. O parecer não considera o projeto incompatível com a presença do abutre-preto, mas defende uma avaliação ambiental mais exigente e medidas eficazes de prevenção dos impactes.

A análise dos contributos dos **cidadãos** que se manifestaram a título individual evidencia uma posição predominantemente desfavorável ao projeto, centrada sobretudo na sua dimensão, localização e potencial artificialização do território. Entre as preocupações mais recorrentes destacam-se a perda e fragmentação de habitats, a afetação da biodiversidade e da fauna, incluindo o lobo-ibérico e a avifauna, a alteração da paisagem, a ocupação e degradação dos solos, a erosão e as alterações da drenagem, a perda de áreas agrícolas e de pastagem, o risco de incêndio e os impactes sobre o património, o turismo e a qualidade de vida das populações. É igualmente frequente a crítica à avaliação isolada do projeto, defendendo-se que o EIA considere os impactes cumulativos resultantes da concentração de centrais solares, parques eólicos, linhas elétricas e outras infraestruturas energéticas existentes ou previstas na região. Vários cidadãos consideram ainda insuficiente o nível de definição apresentado na PDA, nomeadamente quanto à localização concreta dos painéis, acessos e

restantes infraestruturas, solicitando informação cartográfica mais detalhada, a avaliação de alternativas e, em alguns casos, a realização de uma nova consulta pública quando o projeto se encontrar mais desenvolvido. Outro aspeto transversal prende-se com a defesa de alternativas de menor impacte, privilegiando a instalação de painéis em telhados, edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento e outras superfícies já artificializadas, bem como uma maior aposta na eficiência energética e na produção descentralizada.

Em síntese, os contributos dos cidadãos revelam uma preocupação generalizada com a possibilidade de a PDA subavaliar os efeitos ambientais, territoriais e socioeconómicos do projeto. As posições variam entre a rejeição expressa da localização ou do próprio projeto, a exigência de alternativas com menor impacte e a solicitação de um EIA mais rigoroso, abrangente e transparente.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Maria Clara Sintrão